

São Paulo define suprimimento do gás da Bolívia

por Eugênio Melloni
de São Paulo

O governo de São Paulo e a Petrobrás finalmente chegaram a um acordo sobre o suprimimento de gás natural nacional e da Bolívia ao Estado. O contrato ainda não foi definido, mas a Petrobrás, que produz o gás nacional e comercializará o combustível a ser importado da Bolívia a partir de 1998, abriu mão de uma série de exigências da sua proposta encaminhada à Companhia de Gás de São Paulo (Comgas), a distribuidora estadual.

“Se havia problemas entre a Petrobrás e o Estado, eles foram resolvidos. Isso só traz vantagens ao País, que terá o gasoduto a partir da Bolívia”, disse na sexta-feira o governador Mário Covas. O acordo beneficia também os outros Estados atendidos pelo gasoduto, entre Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, lembrou o governador à repórter Tatiana Bautzer.

O consenso com o governo paulista é vital para que a Petrobrás chegue a um acordo com agentes financeiros internacionais para o fi-

nanciamento do projeto do gasoduto. O gasoduto deverá ligar Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, a Porto Alegre. O empreendimento deverá demandar investimentos de US\$ 2 bilhões. Cerca de 50% do gás a ser importado da Bolívia deverá ser consumido em São Paulo.

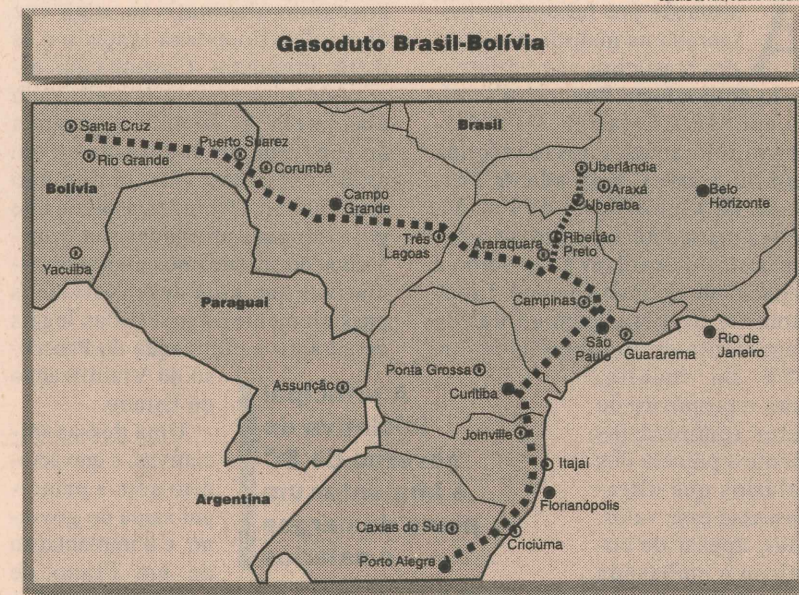
Cláusulas da proposta Petrobrás que provocaram uma grande resistência do governo de São Paulo foram excluídas. Foi anulada, por exemplo, a cobrança de um percentual pela Petrobrás sobre a margem de comerciali-

zação da Comgas. E as condições do “ship or pay” foram flexibilizadas: com a acordo, a Comgas será obrigada a pagar 55% do volume do fornecimento garantido a ela, mesmo que não utilizá-lo, e não mais 100%, como exigia a proposta inicial da Petrobrás.

A distribuidora paulista e a supridora federal definiram, no acordo, os preços que deverão vigor para o gás natural nacional e o boliviano. De acordo com a presidente da Comgas, Iêda Corrêa Gomes, o preço do gás natural extraído pela Petrobrás das bacias de Campos e de Santos continuará a ser cobrado de acordo com a portaria 24/94 do Departamento Nacional dos Combustíveis (DNC). A portaria define que o gás deve custar 75% do valor estabelecido para o óleo combustível 1A. Isso significa para a distribuidora paulista um preço atual de R\$ 2,38 por milhão de BTU.

A Comgas conseguiu assegurar o nível do fornecimento atual, de 3 milhões de metros cúbicos por dia, por dez anos, o que poderá ser renovado por mais dez. Além disso, a Petrobrás comprometeu-se também a incrementar o fornecimento de gás natural nacional à Comgas em 50% até a chegada do gás boliviano. Dessa forma, o fornecimento a São Paulo deverá elevar-se para até 4,5 milhões de metros cúbicos por dia, aos poucos: a Petrobrás vai disponibilizar um excedente de 600 mil metros cúbicos ainda neste ano, que será acrescido de mais 700 mil metros cúbicos/dia durante 1997 e de mais 200 mil metros cúbicos diários no primeiro semestre de 1998.

Para o gás boliviano, ficou esta-



belecido mesmo o valor de US\$ 2,60 por milhão de BTU, anunciado anteriormente pela Petrobrás, durante o primeiro ano do fornecimento. Esse valor deverá ser reajustado gradualmente, de acordo com a inflação do dólar, informou Iêda Gomes. “Nós conseguimos incluir uma cláusula que estabelece que, se o preço do gás boliviano ultrapassar a 85% do valor do óleo combustível 1A, as condições serão revistas”, afirmou a presidente da Comgas.

O acordo estabelece ainda que São Paulo deverá receber, no primeiro ano da importação, 4 milhões de metros cúbicos por dia do gás boliviano. Esse suprimimento deverá elevar-se a 8 milhões de metros cúbicos diários em oito anos. A estatal paulista conse-

guiu garantir para si, ou às empresas que a sucederem através do processo de privatização, a exclusividade do suprimimento da Petrobrás.

Este acordo deverá por fim a uma série de divergências entre as partes, que culminou com uma aliança firmada entre as secretarias de Energia dos Estados do Sul do País e do Mato Grosso do Sul para ampliar o poder de negociação dos governos estaduais com a Petrobrás. Em São Paulo, cogitou-se a importação de gás natural liquefeito (GNL) da Rússia, como alternativa ao suprimimento do combustível a ser importado da Bolívia. “Os estudos sobre esta alternativa não serão interrompidos, já que a demanda tende a ampliar-se”, analisou Iêda Gomes.